



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002229-02.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Suporte Especializado - SESUE.

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório - REGISTRO DE PREÇOS - eventual aquisição de material de consumo (SSD 256GB) - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 206 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Suporte Especializado - **SESUE** com o objetivo de eventual aquisição de material de consumo (SSD 256GB), de acordo com o termo de abertura do processo (0872069) e a Solicitação de Contratação (0874987).

02. Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa (0899234), a minuta de edital de pregão eletrônico (0902813) foi objeto de análise e aprovação desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 183/2022 (0904064) para cumprimento da exigência contida no Parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Assim, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 41/2022 (0904543) nos meios de divulgação oficial no dia 26/09/2022, consoante documentos comprobatórios de divulgação (0906441). **Não houve pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao edital.**

04. Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) relatórios de propostas do sistema COMPARASNET para o único do certame (0916337);

b) documentos de proposta da licitante JEAN ALEXANDRE WENDLER DE MORAIS - EPP - CNPJ: : 27.130.609/0001-31, juntados no evento 0916341;

c) manifestação da unidade demandante sobre a aceitação da proposta (0916393);

d) Documentos habilitatórios da referida licitante (0916468);

e) Ata do Pregão Eletrônico (0916495);

f) Resultado por fornecedor (0916497);

g) Termo de adjudicação (0916498);

h) Comprovantes do **envio** do resultado do certame para publicação (0916501).

05. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 19/2022 (0916502). Assim instruídos, os autos

foram remetidos pela ASLIC a esta unidade jurídica para análise dos atos praticados na licitação (0916620). **É o relatório.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE N. 41/2022

2.1 Dos atos do certame

06. Desencadeadas a fase externa da competição, nota-se o cumprimento da exigência contida no art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/2019, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação (0906441), com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações até o recebimento das propostas. Nas publicações dos avisos constam a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo art. 3º do mesmo Decreto.

07. Passa-se às análises dos atos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária - item 6.2 do edital: De acordo com o relatório do Pregoeiro, nesta fase não houve desclassificação de propostas.

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET (0916337) e todos os lances de cada item na ata do pregão (0916495). Não houve recusa de lances.

d) Cancelados na aceitação: Não houve;

e) Aceitação/negociação: Após manifestação da unidade demandante e negociação com o licitante, o pregoeiro aceitou a proposta de preços.

f) Fase de Habilitação: A licitante JEAN ALEXANDRE WENDLER DE MORAIS - EPP - CNPJ: : 27.130.609/0001-31 atendeu aos requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos exigidos pelo edital, sendo habilitada e declarada vencedora do certame pelo Pregoeiro.

g) Do Recurso: Não houve.

08. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

09. Cabe registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública (0916495).

10. Evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da

legislação correlata ao pregão e da Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto para produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III - CONCLUSÃO

11. Pelo exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação **(0916498)**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

12. Verifica-se ainda que, após a homologação e abertura do cadastro de reserva no sistema pela Autoridade Superior, o **processo deverá retornar à ASLIC** para juntada dos comprovantes da publicação do resultado o certame.

13. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 10/10/2022, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0916679** e o código CRC **2828A86A**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002229-02.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Suporte Especializado - SESUE.

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 41/2022 - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo de informática (**HD SSD mínimo 256GB**), para manutenção de máquinas CPU'S e Notebooks deste Tribunal.

DESPACHO Nº 1336 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Suporte Especializado - **SESUE** no qual se busca a formação de registro de preços com vistas à eventual aquisição de material de consumo de informática (**HD SSD mínimo 256GB**), para manutenção de máquinas CPU'S e Notebooks deste Tribunal (0872069), conforme relatado na solicitação de Contratação (evento n. 0874987)

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas (0916337), ata do certame (0916495), resultado por fornecedor (0916497) termo de adjudicação (0916498) e publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral (0917393). Por fim juntou o Relatório n. 19/2022 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (0916502) expondo as principais ocorrências do certame, e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise (0916620).

Não houve pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital, bem como não houve desclassificação de propostas nem registro de intenção de recurso, conforme consta no evento 0916502.

Analizando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (0916498), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico nº 41/2022 (0904543).

De modo geral, analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer jurídico supracitado (0916679), constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico (0916495).

Além disso, observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 41/2022 (0904543)**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação (0916498).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/10/2022, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0918304** e o código CRC **BADFDB79**.